

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

 Reuniu-se aos 08 dias do mês de setembro de dois mil e quatorze, às 10h30, no Centro de Referência LGBT de Campinas, Rua Talvino Egídio de Souza Aranha, nº 47 Bairro Botafogo Campinas-SPo Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, biênio 2013-2015, para apreciar e deliberar sobre os seguintes temas constantes da pauta da convocação, a saber: às 10h Plenária Regional Conselho Estadual LGBT – Macro região Campinas, contendo a-) Apresentação sobre o Conselho; b-) Exposição do Plano de Trabalho e Ações desenvolvidas; Recebimento de sugestões e demandas locais relativas à diversidade sexual e promoção da cidadania de LGBT, 13h30. Os trabalhos tiveram início com o reconhecimento sobre a necessidade de aperfeiçoar o mecanismo de divulgação e mobilização para as sessões descentralizadas do Conselho em razão da baixa participação de organizações, lideranças e representação dos municípios em nível local. É feita a apresentação, e os conselheiros e conselheiras presentes aproveitam a ocasião para propor alterações no documento eletrônico propondo maior dinamicidade e adequação da linguagem considerando o publico a ser atingido nas exposições. Em seguida é feita a análise sobre situação da população LGBT na região entre com as pessoas presentes. A partir das informações coletadas os conselheiros e conselheiras deliberaram em relação por: 1-) O Conselho manifestar à Prefeitura da Cidade de Campinas a necessidade de formalizar a criação e implantação da Coordenação de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual; 2-) Reforçar mapeamento de grupos, redes, fóruns LGBT nos municípios da região; 3-) O Centro de Referência LGBT preparar relatório sobre demandas, iniciativas desenvolvidas e atendimentos prestados para subsidiar o relatório anual sobre a situação da população LGBT no Estado de São Paulo, e 4-) Contribuir para fortalecimento da Comissão Processante, na Assessoria de Assuntos Jurídico, para efetivação do disposto na lei municipal contra a homofobia em Campinas. Verificaram-se ainda encaminhamentos gerais, a saber: 1) Conselho preparar documento de orientação sobre a realização de Paradas e outras ações de visibilidade com critérios para apoio governamental a iniciativas com esta natureza; 2) Fazer ofício para todos os municípios para apresentação do Conselho, as políticas públicas de promoção à diversidade sexual, e interlocução com Conselho; 3-) Aprimorar Mecanismos para melhorar articulação com os movimentos sociais e representantes do poder público. 3.1) Enviar Ofício para Fórum Paulista, e outras 3 Redes, para compartilhar informações já existentes sobre grupos existente, 4-) Construir agenda com representantes do executivo e do legislativo no dia posterior a plenária regional para fortalecer a articulação regional. No caso da Câmara Municipal, manter diálogo direto com a Presidência da casa para evitar disputas e uso político do tema por vereador(a) isoladamente e 5-) Aprimorar divulgação das ações do Conselho, por exemplo, a Plenária Regional por meio da Secretaria Executiva do Conselho, Grupo de Trabalho de Comunicação do Conselho e o setor de Comunicação da SJDC. Após recesso para almoço, às 14h, é retomada a pauta da 9ª reunião ordinária do Conselho. Inicialmente é feita a leitura de 04 atas referentes aos meses de maio, junho, julho e agosto. As presentes fazem os ajustes necessários e aprovam os documentos. Em seguida, passou-se a discussão do primeiro ponto de pauta sobre a situação de travestis e transexuais. O conselheiro representante da Secretaria da Administração Penitenciária realiza exposição sobre o tema e iniciativas da pasta. As pessoas presentes solicitam esclarecimentos sobre a produção e confiabilidade dos dados e informações sobre as travestis e transexuais presos(as). É informada a preparação de curso a distância que está sendo estruturado pela Escola da Administração Penitenciária sobre o tema. Apontam também a necessidade de uma formação continuada, incluindo a colaboração de pessoas do segmento para realizar a formação do corpo funcional. O Conselho produzirá sugestões sobre o tema para colaborar na estruturação do projeto pedagógico e construção do material didático. Pode-se, por exemplo, contribuir para a produção de videoaulas. É entendida a necessidade dos Conselho realizar diligência para conhecer a situação da população LGBT presa, notadamente nas Unidades Prisionais que acolhem o maior número de pessoas desses segmentos populacionais. Observa-se também a necessidade de reforçar o papel da Ouvidoria da instituição com atividade em nível local, por exemplo, a fim de orientar sobre as atribuições deste órgão e facilitar o recebimento de informações sobre a situação das travestis e transexuais presas(os). Discute-se o segundo ponto de pauta, é feito informe sobre abordagem policial em atividade de prevenção realizada em XX. É esclarecido que o assunto foi debatido também no Grupo de Trabalho da Secretaria de Segurança Pública, tendo sido sugeridos procedimentos pelas autoridades policiais ali presentes. Observa-se que referente ao ponto 3, sobre Redes e fóruns, o Conselho deve demandar as informações aos coletivos existentes para fortalecer o mapeamento de grupos e obter os contatos. Em seguida, houve a necessidade de alteração de pauta. E colocou-se em caráter emergencial a verificação da possibilidade de apoio do Conselho Estadual LGBT visando à realização do IX Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais conforme exposto pela Conselheira Agatha Lima, considerando ofício enviado pelo Fórum Paulista de Travestis e Transexuais. É realizado esclarecimento sobre o projeto apresentado pelo Fórum e histórico dos contatos realizados pelos representantes da organização e do poder público, bem como informações prestadas sobre prazos. Neste caso, a Secretaria de Estado da Saúde se comprometera a contribuir com a contratação do serviço de alimentação, mas que não prosperou em razão da falta de devolutiva dos organizadores. Apresenta as limitações institucionais e legais no âmbito do governo do estado para esse tipo de intervenção, como por exemplo a impossibilidade de custear a despesa com participantes de outros estados. Deve-se com planejamento solicitar o apoio aos órgãos públicos pelos mecanismos administrativos existentes considerando o tempo necessário. A Coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual Heloisa Alves deixa claro que desde o primeiro momento que foi solicitado apoio para a realização do Encontro Sudeste de Travestis e Transexuais, foram realizadas diversas reuniões com a presença de várias Secretarias do Estado e do município e definidos os apoios. A partir daí no tocante a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania foram feitos os encaminhamentos necessários para que fosse realizado o apoio desta Pasta para a confecção do material gráfico e tal processo está encaminhado, motivo pelo qual não procede a alegação de que não houve apoio ao Encontro conforme relata a Presidente Agatha a partir de uma fala da ativista Fernanda de Moraes em reunião do Fórum Paulista de Travestis e Transexuais no dia 07\09. As Secretarias Estaduais da Saúde e Cultura reafirmam também a disposição do apoio, mas para isso é necessário que os prazos e trâmites sejam respeitados, do contrário fica inviável a efetivação do apoio o que já foi dito para a ativista mencionada. O plenário deliberou pela realização de reunião extraordinária do Conselho para discutir a solicitação de apoio por parte do Conselho analisando as questões legais e orçamentárias. As conselheiras deste segmento, em paralelo, realizarão reunião com o Fórum Paulista de Travestis e Transexuais para melhor definição do projeto e suas especificações. Os dois pontos de pauta pendentes serão transferidos para a reunião ordinária do mês de outubro. Não havendo nada a tratar é finalizada a reunião plenária às 17h45 pela Presidenta e eu André Luzzi de Campos, Secretario Geral interino lavrei esta Ata, que segue para coleta de assinatura e publicação em Diário Oficial.

São Paulo, 08 de agosto de 2014.

AGATHA LIMA

PRESIDENTE INTERINA

CONSELHEIRA REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL